

Brasília, 08 de maio de 2026

Seleção

Sumário

CNN Brasil Online

Quinta-feira, 07 de maio de 2026 | Patentes

Pix e tarifas: Quais os assuntos econômicos que Trump e Lula devem discutir 3

Jornal de Brasília Online

Quinta-feira, 07 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

Ludmilla briga na Justiça pelo direito ao próprio nome como marca comercial 5

Migalhas

Quinta-feira, 07 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

Pedidos divididos na LPI: Delimitação e temporalidade 6

Quinta-feira, 07 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

MIGALHAS nº 6.343 10

MSN Notícias

Quinta-feira, 07 de maio de 2026 | Direitos Autorais

FIFA e rede de TV chinesa CCTV divergem sobre direitos de transmissão da Copa... 16

Correio Braziliense - Online

Sexta-feira, 08 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

'Tensão' sobre tarifas e surpresa em terras raras: os bastidores da reunião entre L... 18

Folha.com

Quinta-feira, 07 de maio de 2026 | ABPI | Câmara de Arbitragem

iFood vence ação contra 99Food por concorrência desleal 21

Radar Online - Veja.com

Quinta-feira, 07 de maio de 2026 | Direitos Autorais

Editoras e escritor famoso se unem em ação contra a Meta de Mark Zuckerberg 22

IstoÉ Dinheiro Online

Quinta-feira, 07 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

Lula e Trump orientam ministros a resolverem tarifas em 30 dias 23

Gazeta do Povo - Online

Quinta-feira, 07 de maio de 2026 | ABPI

Berço de grandes invenções, o Brasil parou de inovar. Por quê? 26

Pix e tarifas: Quais os assuntos econômicos que Trump e Lula devem discutir



Os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Donald Trump se encontram nesta quinta-feira (7), em Washington, após meses de expectativa de uma agenda exclusiva entre os líderes.

A pauta econômica deve ser um dos focos da reunião, com destaque para Pix e o tarifaço contra produtos importados do Brasil.

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, faz parte da comitiva que foi aos Estados Unidos nesta quarta-feira (6). Antes de embarcar, o auxiliar de Lula sinalizou alguns temas que podem estar no debate entre os chefes de Estado.

"Há dúvidas nos Estados Unidos em relação ao Pix, por exemplo? Nós estamos à disposição para explicar", afirmou, e pontou que o governo deve afastar algum lobby indevido que esteja ocorrendo.

Pix e tarifas

No início de abril, o USTR (escritório de representação comercial da Casa Branca) publicou um documento apontando o Pix, projetos de lei que buscam regulamentar redes sociais e até a "taxa das blusinhas" como barreiras impostas pelo Brasil aos interesses americanos no comércio exterior.

A lista de obstáculos se soma a outras reclamações já tradicionais dos Estados Unidos, como lentidão no **registro de patentes** e problemas na área de **propriedade intelectual**, as tarifas para importação de etanol, restrições sanitárias para a carne de porco americana e cotas para produções audiovisuais nacionais (a chamada "cota de tela").

O capítulo dedicado ao Brasil ocupa oito páginas no relatório e endossa pontos já mencionados no

âmbito da Seção 301, investigação conduzida pelo USTR que entra em sua reta final nos próximos

meses e pode resultar em tarifas específicas contra produtos brasileiros.

"O governo brasileiro impõe uma taxa linear de 60% para todas as encomendas expressas importadas pelo processo de Desembaraço Aduaneiro Simplificado", afirma um trecho do relatório, acrescentando que o limite é de US\$ 100 mil dólares/ano por importador.

"Além disso, a Receita Federal estabelece um valor máximo de US\$ 10 mil para exportações e US\$ 3 mil para importações", diz o USTR.

O documento também aponta que o Banco Central "criou, detém, opera e regula o Pix, uma plataforma de pagamentos instantâneos".

E que partes interessadas dos Estados Unidos "expressaram preocupações de que o BC conceda tratamento preferencial ao Pix, que prejudica os fornecedores de serviços de pagamentos eletrônicos dos EUA".

Outro alvo da Casa Branca é o PL 4.675, projeto de lei enviado pelo Palácio do Planalto ao Congresso Nacional em setembro de 2025, que amplia os poderes do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) na regulação econômica de plataformas digitais e para evitar práticas anticoncorrenciais no setor.

Para o USTR, há risco de que empresas americanas sejam "desproporcionalmente" afetadas e sejam multadas pelo Cade em até 20% do faturamento global.

O governo americano também critica o patamar tarifário aplicado pelo Brasil sobre produtos importados como um todo.

Em 2024, segundo o relatório, a alíquota média do Brasil foi de 12,5% para bens industriais e de 9% para bens agrícolas.

Apesar de ter retirado a sobretaxa de grande parte dos produtos brasileiros no fim de novembro, os EUA ainda mantêm barreiras contra segmentos,

como como aço, alumínio, cobre e móveis.

Minerais críticos e terras raras

Os minerais críticos e as terras raras - essenciais para tecnologias do futuro, abundantes no Brasil e desejo dos Estados Unidos - também devem ser discutidos. Os recursos são importantes na fabricação de ímãs de alto desempenho, motores elétricos e eletrônicos de consumo.

O principal objetivo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, segundo diplomatas brasileiros, é firmar um acordo com Lula sobre minerais críticos, segundo apuração da CNN Brasil.

Enquanto isso, o governo discute junto ao Congresso um novo marco para o setor e defende regras que garantam a agregação de valor ao mineral nacionalmente.

Para completar, uma mineradora americana, a USA Rare Earth, impactou o mercado e anunciou no fim de abril a compra da brasileira Serra Verde, que

explora terras raras, por US\$ 2,8 bilhões.

Em fevereiro, o governo dos Estados Unidos propôs ao Brasil um acordo voltado à cooperação em minerais críticos que inclui, entre outros pontos, discussões sobre preços mínimos para esses insumos e investimentos em capacidade de refino e transferência tecnológica ao território nacional, segundo fontes envolvidas diretamente nas negociações e trechos do documento obtidos pela reportagem.

O acordo, segundo fontes, só seria assinado em eventual encontro entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente Donald Trump.

Ludmilla briga na Justiça pelo direito ao próprio nome como marca comercial



A funkeira carioca enfrenta o **INPI** depois que pedidos de registro feitos desde 2015 foram barrados por conflito com uma artista homônima chamada Ludmilla Anjos de Souza. E ainda tem gente por aí que acha que ser o maior nome do funk brasileiro resolve qualquer problema burocrático nesse país

Eu estava saindo aqui da academia do Leblon para a minha manhã quando a matéria do Valmir Moratelli na Veja me travou no meio do caminho. Parei tudo, voltei, reli duas vezes. Não consegui seguir em frente com a cabeça nessa história, e já tentei contato com a Ludmilla, porque eu preciso ouvir dela como isso está sendo, quero marcar um café, um chá da tarde, o que ela puder.

Ludmilla entrou na Justiça para assegurar o direito de usar o próprio nome artístico como marca regis-

trada para comercialização de produtos. O **INPI**, o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial**, negou os pedidos dela feitos em 2015, alegando conflito com registros prévios de uma outra artista, a cantora e atriz Ludmilla Anjos de Souza, que tem marcas semelhantes cadastradas com anterioridade. Tanto "Ludmilla" quanto "MC Ludmilla" foram barradas pelo órgão.

Vale entender o que está de fato em jogo: o nome é personalíssimo, então a funkeira não perde o direito de se chamar Ludmilla, segundo fontes jurídicas ouvidas pela coluna GENTE da Veja. O que ela pode perder é o direito de explorar esse nome comercialmente como produto, numa eventual colisão com o registro da outra. É a diferença entre existir e lucrar com a própria existência.

Nas redes, a confusão foi instantânea e os títulos viraram apocalipse. Todo mundo achou que Ludmilla ia perder o nome, o público entrou em pânico coletivo, e a interpretação errada correu mais rápido que a correção. A artista não se pronunciou publicamente, e a equipe dela também não apareceu para esclarecer nada.

Brasil sendo Brasil: você constrói um dos maiores impérios do funk do país, vira referência continental, e descobre que tem outra dona do seu nome arquivada numa gaveta do governo desde antes de você ser famosa. Eu estou esperando o retorno da Ludmilla, e se ela topar o café, essa coluna tem segunda parte.

Pedidos divididos na LPI: Delimitação e temporalidade

I. Introdução:

O sistema de patentes, pautado na lei da **propriedade industrial** (LPI, lei 9.279/96), visa assegurar aos inventores o privilégio temporário de utilização de seus inventos, em consonância com o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país (art. 5º, XXIX, da Constituição Federal). A complexidade técnica e a multiplicidade de aspectos divulgados em determinados pedidos de patente podem resultar em questionamentos quanto à unidade de invenção, especialmente quando o conjunto reivindicado não é considerado vinculado por um único conceito inventivo. Além disso, por razões estratégicas, regulatórias ou de condução do exame, pode surgir a necessidade de desmembramento do pedido original.

O instituto do pedido dividido é o mecanismo legal que permite esse desdobramento e encontra suporte tanto em tratados internacionais, como o art. 4º G1 da CUP - Convenção da União de Paris, quanto na legislação interna, notadamente, no art. 262 da LPI.

O art. 26 da LPI estabelece o direito de o depositante solicitar a divisão do pedido de patente "até o final do exame". Trata-se de uma prerrogativa fundamental para o depositante, que pode ser exercida por iniciativa própria ou em atendimento a uma exigência do **INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial** (a referida falta de unidade de invenção³). Os requisitos expressos pelo art. 26 da LPI para a divisão são os seguintes: (i) o pedido dividido deve fazer referência específica ao pedido original (inciso I); e (ii) o pedido dividido não deve exceder a matéria revelada constante do pedido original (inciso II).

O conceito de "matéria revelada" engloba todo o conteúdo do pedido de patente depositado, incluindo o relatório descritivo, as reivindicações, o resumo, listagem de sequências e os desenhos, se houver. É crucial notar que o legislador optou pelo limite da matéria revelada (o que foi integralmente descrito quando do depósito do pedido de patente) e não se restringiu à "matéria reivindicada" (o que foi formalmente pleiteado no quadro reivindicatório

para o qual é requerido exame).

A doutrina é também cristalina sobre o assunto. Segundo Denis Borges Barbosa, "as exigências legais (art. 26 do CPI/96) são que o pedido dividido faça referência específica ao pedido original; e não exceda à matéria revelada constante do pedido original. Não cabe acréscimo à matéria do pedido que se divide - vedada a chamada continuation in part do direito americano; nada impede, porém que se solicite certificado de adição".⁴

É notório que a matéria revelada é mais ampla que a matéria reivindicada, uma vez que, normalmente, nem tudo o que é revelado no relatório descritivo é incorporado pelo quadro reivindicatório submetido pelo requerente no momento de requerimento de exame.

O art. 32 da LPI⁵, por sua vez, rege o direito do requerente de realizar modificações voluntárias no pedido de patente para melhor esclarecê-lo ou defini-lo. Este direito é limitado por um marco temporal e um requisito material: As alterações devem ocorrer "até o requerimento do exame" e devem se limitar à "matéria inicialmente revelada no pedido".

No contexto administrativo do **INPI**, o art. 32 é visto como o "limite temporal final" para que alterações voluntárias sejam feitas, restringindo, portanto, o direito de adicionar matéria ou aumentar o escopo de proteção do quadro reivindicatório após o requerimento do exame técnico.

Historicamente, o **INPI** reconhecia, implicitamente, a possibilidade de dividir um pedido de patente e, por um período, seu parecer PROC/DICONs 7/26 admitiu que o depositante poderia incorporar ao quadro reivindicatório de um pedido (incluindo o dividido) matéria que fosse revelada no relatório descritivo, mesmo após o requerimento de exame.

No entanto, após intensa controvérsia e ações judiciais, a Procuradoria do **INPI** revogou esse parecer (em 2007) e passou a adotar uma interpretação altamente restritiva, consubstanciada no despacho 8/10 e na resolução PR 093/13.

O **INPI** buscou uma suposta "harmonia" entre o art. 26 (divisão até o final do exame) e o art. 32 (alterações até o requerimento de exame). Entretanto, essa interpretação restritiva estabeleceu dois novos tipos de restrições:

1. Restrição material (art. 32 nos pedidos divididos): Se a divisão ocorresse após a solicitação de exame do pedido original, a matéria contida no quadro reivindicatório do pedido dividido deveria se restringir à matéria reivindicada no quadro reivindicatório válido submetido na data da solicitação de exame do pedido original. Esta regra administrativa ignorava o art. 26, II, que permite que a matéria venha do que foi revelado.⁷

2. Restrição temporal (art. 26, "Final do Exame"): O **INPI** fixou que o "final do exame" para fins de divisão (art. 26) seria a "data do parecer conclusivo do técnico quanto à patenteabilidade, ou o trigésimo dia que antecede a publicação da decisão de deferimento, indeferimento ou arquivamento definitivo, o que ocorrer por último" na primeira instância administrativa (art. 32 da IN 30/13, que revogou a IN 17/13).⁸

Essas restrições administrativas foram a base para os indeferimentos e arquivamentos que levaram às ações judiciais ajuizadas pelas empresas Wyeth e da Syngenta que serão discutidas abaixo como exemplos da aplicação prática das novas limitações impostas pelo **INPI**.

II. As controvérsias judiciais e a disputa sobre o alcance da norma

As ações da Wyeth e da Syngenta, apesar de tratarem de fatos diferentes, convergiram para o questionamento da legalidade e constitucionalidade das normas infralegais do **INPI** (Despacho 8/10, Resolução 093/13 e IN 30/13) que interpretavam de forma restritiva os arts. 26 e 32 da LPI.

II.a. Ação da Wyeth LLC (PI 9917687-4): O conflito material e a readequação de categoria

A Wyeth LLC moveu Ação Ordinária buscando a anulação dos atos do **INPI** que indeferiram seu pedido de patente dividido PI 9917687-4, originado do pedido original PI 9911040-7, depositado em 19/5/08.

O **INPI** fundamentou o parecer de indeferimento na alegada violação do art. 32 da LPI, baseando-se no despacho 8/10 e na resolução PR 093/13.

A principal disputa material residiu na alteração do quadro reivindicatório. No pedido original, as reivindicações 17 a 21 pleiteavam "método de tratamento ou prevenção" (método terapêutico), que é matéria não patenteável (art. 10, VIII, da LPI). Ao dividir o pedido, a Wyeth removeu essas reivindicações do quadro pendente do pedido original e as reapresentou no pedido dividido (PI 9917687-4) no formato de "fórmula suíça" ("Uso de uma quantidade eficaz de um ou mais estrógenos... para o preparo de uma composição farmacêutica para tratamento ou prevenção (...)").

O **INPI** considerou essa reformulação uma "alteração de categoria" e um "redirecionamento do escopo de proteção original", e não uma mera delimitação, configurando infração ao art. 32 por ter ocorrido após o requerimento de exame do pedido principal.

Neste sentido, a Wyeth baseou sua defesa nos seguintes pontos:

1. Inaplicabilidade do art. 32 por Ausência de Emenda: O pedido dividido nunca sofreu alterações em seu quadro reivindicatório após seu depósito, logo, não houve emenda voluntária que justificasse a aplicação do art. 32;

2. Conformidade com a Matéria Revelada (art. 26): As reivindicações de "uso" (fórmula suíça) estavam integralmente suportadas pela "matéria revelada" (relatório descritivo) do pedido principal (PI 9911040-7); e

3. Restrição de Escopo: A conversão de "método terapêutico" para "fórmula suíça" promoveu, na verdade, uma restrição do escopo de proteção, removendo o abarcamento do objeto reivindicado sobre a técnica utilizada pelos profissionais de saúde, configurando uma adequação legítima à patenteabilidade.

O Juízo de primeira instância e o TRF da 2ª Região (TRF da 2ª Região) acolheram a tese da Wyeth.

A prova pericial técnica, que foi crucial para dirimir a controvérsia, concluiu que:

O pedido dividido PI 9917687-4 estava de acordo com o art. 26, pois a matéria reivindicada estava presente na matéria revelada do pedido original;

A readequação das reivindicações para o formato "fórmula suíça" promoveu a restrição do escopo de proteção em comparação com a reivindicação de

"método terapêutico", afastando a configuração de proteção indevida; e

A alegação do **INPI** de mudança de escopo não poderia prosperar, pois a adequação formal era legítima e restritiva, não havendo violação ao art. 32.

O TRF da 2ª Região, em sua tese de julgamento, reiterou que a readequação do quadro reivindicatório no formato "fórmula suíça" não viola o art. 32 da LPI quando não há ampliação do escopo da proteção originalmente pleiteada. Além disso, o Tribunal enfatizou que atos infralegais do **INPI** (como a Resolução **INPI**/PR 93/13) não vinculam o Judiciário, que exerce o controle de legalidade com base na LPI e na prova pericial do caso concreto.

Contra o acórdão o **INPI** interpôs embargos de declaração, entretanto não foram providos. Sendo interposto recurso especial que foi admitido e remetido para o STJ. A decisão ainda está pendente até a data do fechamento desse artigo (06 de maio de 2026).

II.b. Ação da Syngenta Crop Protection AG (BR 12 2024 010391-5): O conflito temporal e o efeito devolutivo pleno

A disputa envolvendo a Syngenta centrou-se na legalidade do marco temporal estabelecido pelo art. 32 da IN 30/13 para a interposição de pedidos divididos, especialmente quando o pedido original está em fase recursal.

O pedido dividido da Syngenta foi depositado em 24/5/24, após o **INPI** ter indeferido o pedido de patente original (10/3/20) e após a Syngenta ter interposto recurso administrativo (11/5/20), que ainda estava pendente na segunda instância.

O **INPI** arquivou o pedido por considerá-lo intempestivo, fundamentando-se no art. 32 da IN 30/13. O instituto alegou que o "final do exame" ocorreu com a elaboração do parecer conclusivo técnico da primeira instância (27/2/20 - parecer de indeferimento), e que permitir a divisão em grau recursal constituiria "inovação recursal". Além disso, o **INPI** reiterou que a admissão de pedidos divididos nessas condições levaria à eternização do processo administrativo, permitindo que grandes empresas utilizassem a pendência para afastar concorrentes (efeito inibidor do art. 44 da LPI).

A Syngenta impetrou mandado de segurança, sustentando que a interpretação restritiva do art. 32 da IN 30/13 era ilegal e violava seu direito líquido e

certo. O pedido se baseou em dois pilares:

1. Ilegalidade do marco temporal: A definição de "final do exame" (art. 26) como sendo uma data interna anterior à publicação (parecer conclusivo) violava a publicidade e a segurança jurídica (art. 37 da CF/88), pois impedia o depositante de saber o prazo exato para exercer seu direito; e

2. Efeito devolutivo pleno: O exame não se encerra na primeira instância. O art. 212, §1º da LPI estabelece que os recursos são recebidos com efeito devolutivo pleno, aplicando-se todos os dispositivos da primeira instância. Portanto, o processo de exame se prolonga até o esgotamento da via recursal, ou seja, até a "decisão final e irrecorrível na esfera administrativa" (art. 215 da LPI).

O TRF da 2ª Região proferiu decisões, inclusive em agravo de instrumento, reconhecendo a probabilidade do direito da Syngenta. O TRF da 2ª Região confirmou que a IN 30/13 extrapolou o comando legal do art. 26 ao promover uma interpretação restritiva da expressão "até o final do exame". O exame é amplamente retomado em sede recursal devido ao efeito devolutivo pleno, não podendo a divisão ser restrita à primeira instância.

A sentença de primeira instância no mandado de segurança concedeu a segurança, declarando a nulidade do arquivamento e a tempestividade do pedido dividido da Syngenta, determinando que o **INPI** procedesse à sua efetiva apreciação.

II.c. Andamento processual atual das demandas

No que se refere à Ação da Wyeth LLC (PI 9917687-4), o processo encontra-se atualmente (data de fechamento do artigo em 06 de maio de 2026) no âmbito do STJ, sob o Recurso Especial 2.260.458/RJ, ainda pendente de distribuição a Ministro Relator. Em 26/2/26, foi efetivada a remessa do recurso especial interposto pelo **INPI**, no qual se discute a validade do indeferimento do pedido de patente dividido.

O acórdão recorrido reconheceu a nulidade do ato administrativo do **INPI**, ao entender que o pedido dividido atendia aos requisitos do art. 26 da LPI e que a alteração do quadro reivindicatório para o formato de "fórmula suíça" não implicaria ampliação indevida de escopo, com base em prova pericial técnica.

No recurso especial, o **INPI** sustenta violação ao art. 32 da LPI e ao art. 1.022 do CPC, argumentan-

do que a alteração de reivindicações de método terapêutico para uso ("fórmula suíça") após o requerimento de exame configuraria modificação substancial do objeto da proteção. O Tribunal de origem, ao analisar os pressupostos de admissibilidade, reconheceu a existência de questão jurídica relevante (especialmente quanto aos limites de aplicação do art. 32 da LPI), bem como o adequado prequestionamento, determinando a remessa dos autos ao STJ para apreciação do mérito. O próximo marco processual será a distribuição do feito e posterior julgamento do recurso especial.

Por sua vez, no caso da Syngenta Crop Protection AG (BR 122024010391-5), o mandado de segurança 5094506-68.2024.4.02.5101 teve sentença favorável à impetrante, reconhecendo a ilegalidade do arquivamento do pedido de patente dividido por alegada intempestividade, com fundamento no art.

32 da IN 30/13. A decisão concluiu que a expressão "final do exame" (art. 26 da LPI) abrange a fase recursal administrativa, em razão do efeito devolutivo pleno previsto no art. 212, §1º da LPI, afastando a interpretação restritiva adotada pelo **INPI** e determinando o regular prosseguimento do pedido dividido.

O **INPI** interpôs recurso de apelação, sustentando a reforma da sentença sob o argumento de que o pedido teria sido apresentado de forma manifestamente intempestiva, anos após o indeferimento do pedido original, defendendo interpretação restritiva do art. 26 da LPI e a impossibilidade de inovação em grau recursal. Ademais, reiterou a validade do

art. 32 da IN 30/13 como expressão de sua discricionariedade técnica e alegou que a admissão de divisões tardias comprometeria a duração razoável do processo e a livre concorrência.

O recurso foi remetido ao TRF da 2ª Região, encontrando-se sob a relatoria do desembargador federal Marcello Granado, aguardando julgamento (data de fechamento do artigo em 06 de maio de 2026). O próximo marco processual será a apreciação da apelação pelo Tribunal.

e confira o artigo na íntegra.

Breno Alves Guimarães de Souza

Kaszmar Leonardos | **Propriedade Intelectual**

MIGALHAS nº 6.343

Quinta-Feira, 7 de maio de 2026 - Migalhas nº 6.343.

Fechamento às 07h55.

"Coçar e tirar petróleo vai só do começar."

Monteiro Lobato

Royalties em disputa

Treze anos depois de lançada ao mar por liminar da ministra Cármen Lúcia, a disputa sobre os royalties do petróleo finalmente aporta no plenário do STF. A Corte começou a julgar a constitucionalidade das regras que ampliaram a partilha dos recursos entre Estados e municípios não produtores. Trata-se de tema em que geologia, política e pacto federativo se misturam numa verdadeira prospecção constitucional. Ontem, as sustentações orais ocuparam a tribuna com o fervor típico das grandes causas federativas: cada ente da Federação defendendo, com mapas, cifras e teses jurídicas, o direito a sua jazida orçamentária. Entre barris e hermenêutica, o Supremo terá agora a tarefa de decidir se o petróleo pertence mais à geografia ou à Federação. Os votos dos ministros começam a ser apresentados hoje. ()

A lógica da partilha

Durante o julgamento de ontem, Flávio Dino provocou o Estado do Paraná ao questionar por que o mesmo raciocínio distributivo aplicado aos royalties do petróleo não deveria alcançar também os royalties hídricos, fortemente concentrados no Estado. ()

Sem compromisso

Em seguida, Dino elogiou a sustentação oral do procurador paranaense, mas alertou: "Elogio não significa voto." ()

Sem novidade no front

No imbróglio do Master, as notícias que começam a emergir sobre a delação revelam um enredo aparentemente mais ruidoso do que robusto. Poucos detalhes, escassa materialidade e uma narrativa que, ao que tudo indica, talvez não consiga sustentar o peso da própria encenação. No fundo, vai se desenhando

aquilo que muitos já intuíram desde o início: a tentativa clássica de um grande estelionatário de produzir uma mentira tão completa que até o roubo pareça falso. O problema é que, no mundo real, diferentemente da poesia, nem todo fingimento resiste ao confronto com os fatos. E, em matéria financeira, a literatura pode até ornamentar os autos, mas, enquanto o dinheiro tungado não aparecer, nada feito.

Dois detalhes

Repare o leitor mais atento que, na nota acima, já não nos referimos ao Master como "banco". E a razão é simples: aquilo, ao que tudo indica, jamais funcionou propriamente como instituição financeira no sentido clássico do termo. O que se vê agora, à luz dos fatos que emergem, é algo mais próximo de um instrumento montado para viabilizar um gigantesco estelionato. Também já não parece tecnicamente correto tratar o caso apenas como "fraude". Fraude, no imaginário comum, às vezes sugere um desvio episódico, um truque contábil, uma irregularidade lateral. O que se desenha, porém, é coisa muito mais grave: um esquema que teria servido para tugar dinheiro de investidores, de particulares e, ao fim e ao cabo, do próprio Estado. Em português castiço, com todas as letras e sem os eufemismos assépticos do mercado financeiro: roubo.

Compliance

A propósito do caso Master, hoje o senador Ciro Nogueira foi alvo da PF em nova fase da Operação Compliance Zero. ()

Discretos elefantes azuis

Durante audiência pública no STF sobre a taxa de fiscalização da CVM, ministro Flávio Dino criticou falhas de controle no sistema financeiro. Em referência aos recentes escândalos bancários, questionou: "nunca vi tanto elefante pintado de azul desfilando nessa Esplanada. Como ninguém viu?" ()

Fiscalização fortalecida

Um dia após a audiência pública sobre o tema, Flávio Dino determinou que ao menos 70% da arre-

cadação da taxa de fiscalização do mercado de capitais seja destinada à CVM. A liminar, concedida na ADIn 7.791, busca reforçar a capacidade operacional do órgão responsável pela supervisão do setor. ()

Responsabilidade delimitada

3ª turma do STJ decidiu, por unanimidade, que a responsabilidade por prejuízos em fundos de investimento deve recair apenas sobre a administradora do fundo, afastando a responsabilização automática dos demais participantes da cadeia financeira. ()

Freio nos penduricalhos

Flávio Dino endureceu o discurso contra pagamentos considerados irregulares no Judiciário. S. Exa. proibiu novos pagamentos de vantagens não autorizadas pela Corte e cobrou transparência total nos contracheques do Judiciário, com ameaça de responsabilização penal, civil e administrativa em caso de descumprimento. ()

Sua majestade em exame

Justiça determinou que seja realizado novo laudo de sanidade do ex-juiz que, por mais de quatro décadas, viveu sob a identidade de lord britânico. Defesa apontou lacunas no primeiro laudo, ponto que foi acolhido pelo juízo. ()

!!!

UFMT abriu PAD para investigar estudantes de Direito suspeitos de criar uma lista que classificava universitárias como "estupráveis". ()

Conta elevada

STJ condenou o ex-governador do Acre, Gladson Cameli, por fraude à licitação, peculato, corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa. A pena foi fixada em 25 anos e 9 meses de prisão, além da perda do cargo público e do pagamento de R\$ 11,7 milhões por danos ao erário. ()

Venda de sentenças

Corte Especial do STJ recebeu denúncia contra o desembargador paulista Ivo de Almeida por suposta participação em esquema de venda de decisões judiciais. ()

Faroeste sem fim

A operação Faroeste voltou ao centro do STJ. A Corte Especial recebeu nova denúncia envolvendo suposto esquema de corrupção e lavagem de dinheiro ligado à comercialização de decisões judiciais

para regularização de terras no oeste baiano. ()

Via inadequada

Mandado de injunção que buscava autorização judicial para cultivo de cannabis sativa para fins medicinais foi rejeitado pela Corte Especial. Para o colegiado, não há omissão legislativa capaz de justificar a criação judicial de um regime excepcional. Relator do caso, ministro Og Fernandes observou que pedidos semelhantes vêm sendo discutidos pela via do habeas corpus preventivo, considerada mais adequada pela Corte. ()

Quem paga a conta?

A Corte Especial do STJ iniciou julgamento que discute se o poder público pode ser chamado a responder por dívidas de concessionária insolvente em execução judicial. Relator do Tema 1.225, ministro Raul Araújo votou contra o redirecionamento automático da cobrança ao ente estatal. O julgamento foi suspenso após pedido de vista do ministro Salomão. ()

Gás sob crítica

OAB/SP apontou ilegalidades em proposta da ANP que permite enchimento de botijões de GLP por distribuidoras de outras marcas, alertando para riscos à rastreabilidade, à segurança do consumidor e à responsabilização em acidentes. ()

Inadimplência reincidente

Pagar atrasado nem sempre basta. A 3ª turma do STJ manteve o despejo de inquilino que, embora quitasse débitos em aberto, acumulava histórico reiterado de inadimplência. Relatora do caso, ministra Nancy Andrighi observou que a purga da mora não pode servir de escudo para o descumprimento contratual contínuo. ()

Direito de exigir

3ª turma do STJ reconheceu que o proprietário de imóvel pode cobrar individualmente a realização de obras de infraestrutura em áreas comuns do empreendimento quando houver omissão da construtora. Para a Corte, a legitimidade do condômino nasce diretamente do impacto da inércia sobre seu direito de propriedade. ()

Liberdade tardia

Estado do Rio de Janeiro foi condenado a indenizar em R\$ 100 mil um homem que permaneceu preso por quase dois anos mesmo após a expedição de alvará de soltura. ()

Nova ministra no TST

Lula nomeou a desembargadora Margareth Rodrigues Costa, do TRT-5, para o cargo de ministra do TST, na vaga aberta com a aposentadoria de Aloysio Corrêa da Veiga. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Colunas

ABC do CDC

Nem todo aborrecimento é igual perante o Direito. Ao tratar da diferença entre dano material e dano moral, Rizzatto Nunes lembra que a Constituição protege tanto o bolso quanto aquilo que, embora invisível, também dói. ()

Migalhas Edilícias

Antes do concreto, vêm os contratos; antes das chaves, os registros. Melhim Namen Chalhub, Ermiro Ferreira Neto e Michaela Nicole Santos Silva revisitam a engenharia jurídica que sustenta a incorporação imobiliária no Brasil. ()

CPC na prática

No processo civil, forma é importante - mas excesso de formalismo pode transformar o rito em armadilha. Daniel Penteado de Castro mostra como a fungibilidade recursal ajuda a impedir que o tecnicismo atropela o direito de defesa. ()

Migalhas Consensuais

Quando a rivalidade sai do jogo e invade os bastidores, alguém precisa apitar o bom senso. Samantha Longo analisa como a mediação pode trazer soluções mais rápidas, menos traumáticas e mais civilizadas ao ambiente esportivo. ()

Migalhas Marítimas

Em mares jurídicos nem sempre tranquilos, surge a dúvida: pode o árbitro de emergência rever decisão urgente dada pelo Judiciário? Frederico dos Santos Messias e Fernanda Messias navegam pelos limites dessa atuação no Direito Marítimo. ()

Migalhas de peso

- "Soberania nacional e capital estrangeiro: O que o STF decidiu sobre a compra de terras rurais e por que isso impacta no agronegócio", por Lucas Sampaio Santos e Lucas Penteado Ganesella Nogueira Garcia (Arruda Alvim e Thereza Alvim Ad-

vocacia e Consultoria Jurídica). ()

- "O futuro é a advocacia aumentada", por Paola K. Ladeira Bernardes e Bruno Mafra (Chenut). ()

- "O processo de regularização das operações de proteção patrimonial mutualista à luz da LC 213/25", por Leila Katia Santos Carvalho (Mandaliti). ()

- "Lucro presumido em xeque: O que muda em 2027?", por Victor Tavares de Castro e Gabriel Almeida Viana (Ayres Westin Advogados). ()

- "Entre a rigorosa formalidade e a flexibilidade interpretativa: A insegurança jurídica na recuperação judicial de produtores rurais à luz do provimento 216/26 do CNJ e dos enunciados do fórum nacional de recuperação empresarial e falências", por Amanda Saavedra (João Domingos Advogados). ()

- "Como FIDCs e notas comerciais estão viabilizando processos de recuperação judicial", por Lucas Moreira Gonçalves (Martinelli Advogados). ()

- "Recuperação judicial e limites aos direitos trabalhistas", por Amanda Koslinski (Mauro Menezes & Advogados). ()

- "LC 224/25 e PIS/Cofins: Orientações, reflexos nas obrigações acessórias e ajuste de preços", por Gabriel Ribas Rodrigues dos Santos e William Melnik Blicharski (Gaia Silva Gaede Advogados). ()

- "A teoria da universalização Kantiana e a proteção incondicional da pessoa humana como instituto da neurodiversidade em confronto ao pensamento dogmático", por Mário Goulart Maia (Maia, Goulart & Kohl Advogados). ()

- "Câmara aprova o PL 3.025/23: Correção à falha estrutural do mercado de ouro brasileiro", por Luiz Carlos de Moura Adami (Caputo, Bastos e Serra Advogados). ()

- "A "bomba fiscal" invisível: Riscos judiciais bilionários e o dever de transparência nas metas fiscais", por Vanessa Reis (Medina Osório Advogados). ()

- "Perícia in loco em reajustes de plano de saúde: Limites", por Elton Fernandes (Elton Fernandes Advocacia Especializada em Saúde). ()

Baú migalheiro

Há 78 anos, em 7 de maio de 1948, foi fundado o Conselho da Europa, durante o Congresso da Haia, reunindo lideranças políticas e intelectuais em

defesa da integração europeia no pós-guerra. A iniciativa teve como objetivo promover a democracia, os direitos humanos e o Estado de Direito no continente, tornando-se uma das primeiras organizações voltadas à cooperação europeia após a Segunda Guerra Mundial. (Compartilhe)

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Sorteio

Hoje é o encerramento do prazo para participar do sorteio da obra "Cadeados Mentais: a prisão nossa de cada dia" (Editora Appris/Artêra Editorial, 119p.), escrita por Fabiana Polli. Em narrativa ficcional, a publicação expõe a realidade prisional e reforça a ideia de que a mente também pode aprisionar. Corra e participe! ()

Novidades

Pinheiro Neto Advogados lançou o caderno "Infraestrutura no Brasil: Tendências e Oportunidades em 2026". A publicação anual é dedicada à análise jurídica, regulatória e institucional dos principais setores de infraestrutura no País. () Calcini Advogados divulgou "Alerta Jurídico Trabalhista! NR-1: Atualizações e impactos para as organizações". () Pinheiro Neto Advogados divulgou "Alerta: BCB publica novas regras para o serviço de pagamento ou transferência internacional (eFX)". ()

Advogado e superintendente da AASP, Róger Augusto Fragata Tojeiro Morcelli lança, no dia 25/5, às 19h, a obra "Inteligência Artificial como Instrumento de Responsabilidade Social Corporativa". ()

Migalhíssimas

Hoje, às 8h30, a Faculdade Belavista e o escritório /asbz realizam, em SP, o evento "Oportunidades e Lacunas nos Regulamentos do IBS e da CBS". () A Aliança Jurídica pela Equidade Racial realiza hoje, às 10h, na sede do escritório Demarest Advogados, em SP, o evento "Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial: Fundamentos, Aplicação e Desafios Contemporâneos". () Ricardo Calcini (Calcini Advogados) participa amanhã, como painelistas, no "Congresso Regional de Direito Sindical do Alto Tietê". O evento acontece das 9h30 às 17h, na OAB de Guarulhos/SP. () Associação Brasileira de Advocacia Tributária - ABAT promove, até amanhã, a

"10ª Jornadas de Debates Contencioso Tributário", em SP. O evento marca o lançamento de livro homônimo, com artigos sobre os principais temas da reforma tributária e sua regulamentação. Marcello Pedroso e Henrique Dias, do Demarest Advogados, assinam artigo sobre tributação previdenciária e reforma do custeio da Seguridade Social. Pedroso participa hoje de painel sobre tributação da folha de salários, e Dias palestra amanhã no debate "O contencioso do futuro". () Amanhã, às 8h, em SP, Rubens Naves Santos Jr. Amorim Advogados, em parceria com a Pulso Público - Consultoria Política, promove o evento "Eleições 2026 no Brasil: Debates Estratégicos". () Ana Tereza Basilio (Basilio Advogados e presidente da OAB/RJ) profere a palestra de abertura do "Treinamento Permanente em Processo do Trabalho" com o tema "Ações Trabalhistas para empregados públicos", amanhã, às 10h, pelo canal do YouTube "Mentoria OABRJ", . Erika Bechara (Szazi, Bechara, Storto, Reicher e Figueirêdo Lopes Advogados) ministrará a aula "Sustentabilidade de fachada: greenwashing na publicidade contemporânea e seus efeitos nocivos", do Grupo de Estudos de Direito Ambiental da PUC-SP. O encontro online será dia 9/5, às 10h30, e tem o objetivo de ampliar o debate acadêmico e crítico sobre os desafios contemporâneos da sustentabilidade, além de fomentar reflexões sobre os impactos do greenwashing. Lisboa recebe, nos dias 11 e 12/5, o "I Seminário Luso-Brasileiro de Direito

Imobiliário", que tem como coordenador acadêmico Alexandre Junqueira Gomide (Junqueira Gomide Advogados). () Elisabeth Siemsen do Amaral (Dannemann Siemsen) foi indicada pela "International Trademark Association" para atuar como co-chair do "INTA Annual Meeting 2027", que será realizado em San Diego. Trata-se da primeira vez que uma profissional brasileira assume a função no principal encontro global da área de **Propriedade Intelectual**. A nomeação reconhece a trajetória de mais de 35 anos de Elisabeth, com destacada atuação em marcas, incluindo procedimentos administrativos, contencioso administrativo e estratégias de proteção.

Congresso

Nos dias 12 e 13/5, o IAB promoverá o "I Congresso Internacional sobre Advocacia nos Tribunais Superiores e Órgãos de Controle". ()

Lei de Improbidade Administrativa

Em celebração aos cinco anos da lei 14.230/21, o IASP realizará, no dia 14/5, às 16h30, evento presencial em sua sede. O encontro debaterá a aplicação prática da norma e sua compatibilidade com a Constituição. ()

Lei Maria da Penha

A ESA OAB/SP realiza um mapeamento sobre a atuação da advocacia na aplicação da lei Maria da Penha, com o objetivo de reunir dados para o aprimoramento de políticas públicas e de uma atuação mais eficaz. Para participar, basta preencher o formulário da pesquisa até o dia 29/5. ()

Treinamento

OAB/RJ promoveu um treinamento voltado à capacitação da advocacia sênior para uso do sistema eletrônico do TJ/RJ. A iniciativa disponibilizou materiais didáticos para facilitar o acesso à plataforma. ()

Lançamento

EBRADI - Escola Brasileira de Direito lança hoje, às 17h, o "EBRADI News", um novo programa de notícias e debates jurídicos no canal do YouTube, com exibição de segunda a sexta-feira. ()

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

CE/Chorozinho

GO/Vianópolis

MG/Açucena

MG/Inhapi

PI/Inhuma

PR/Quedas do Iguaçu

RS/Igrejinha

SC/Lebon Régis

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"Fighting Through Snow and Subzero Temperatures"

The Washington Post - EUA

"Wide damage for U.S. assets."

Corriere della Sera - Itália

"Sempio, gli audio e le accuse"

Clarín - Argentina

"Bullrich reclamó que Adorni explique todo 'lo antes posible' y Milei replicó: 'No se va'"

El País - Espanha

"23 pasajeros dejaron el barco y volaron sin control a sus países"

Público - Portugal

"Em quatro anos foram afastados 129 agentes e militares da PSP e GNR"

Die Welt - Alemanha

"Das Heizungsgesetz wird um weitere Regeln entschlackt"

The Guardian - Inglaterra

"Agree to peace deal or face fresh wave of bombing, Trump tells Iran"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"TJ-SP gastou R\$ 4,1 bi de fundo com benefícios e penduricalhos"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Tribunais e promotorias de 8 estados contornam STF e criam mais penduricalhos"

O Globo - Rio de Janeiro

"Defesa de Vercaro entrega proposta de delação premiada; PGR e PF começam a análise do conteúdo"

O Estado de Minas- Minas Gerais

"Égua na água"

Correio Braziliense - Brasília

"Tribunais que criarem penduricalhos serão punidos, avisa o STF"

Zero Hora - Porto Alegre

"Defesa de Vercaro entrega proposta de delação premiada; PGR e PF começam análise de conteúdo"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Pernambuco registra queda histórica de assassinatos"

FIFA e rede de TV chinesa CCTV divergem sobre direitos de transmissão da Copa de 2026



247 - As negociações entre a Fifa e a CCTV pelos direitos de transmissão da Copa do Mundo de 2026 na China seguem sem definição, em meio a relatos de divergência bilionária sobre os valores cobrados pela entidade máxima do futebol, informa o jornal Global Times.

Segundo a publicação, a Fifa apresentou inicialmente à Televisão Central da China uma proposta entre US\$ 250 milhões e US\$ 300 milhões pelos direitos do torneio. O valor provocou ceticismo no país, já que o orçamento estimado da CCTV estaria entre US\$ 60 milhões e US\$ 80 milhões. Continue lendo no Brasil 247

Proposta da Fifa teria sido reduzida, mas impasse permanece

De acordo com o Beijing Daily, mesmo após uma suposta redução da proposta para uma faixa entre US\$ 120 milhões e US\$ 150 milhões, a distância entre as expectativas da Fifa e da emissora chinesa continuou significativa.

Ao ser procurada pelo Global Times, a Fifa evitou comentar diretamente os valores mencionados pela imprensa chinesa e afirmou que as tratativas continuam.

"As discussões na China sobre a venda dos direitos de mídia para a Copa do Mundo da Fifa de 2026 estão em andamento e devem permanecer confidenciais nesta fase", disse um porta-voz da Fifa, em resposta por e-mail ao Global Times.

Custo dos direitos da Copa disparou na China

Nas últimas duas décadas, os direitos de transmissão da Copa do Mundo no mercado chinês registraram forte alta. Segundo os dados citados, os direitos combinados das Copas de 2010 e 2014 foram vendidos por cerca de US\$ 115 milhões. Já os torneios de 2018 e 2022, também somados, custaram aproximadamente US\$ 300 milhões.

O possível valor cobrado para 2026 gerou críticas adicionais entre torcedores chineses porque, segundo relatos, a Fifa teria oferecido à Índia um pacote para duas edições da Copa do Mundo por apenas US\$ 35 milhões. A comparação ampliou o debate sobre a diferença de tratamento entre os mercados asiáticos.

A poucas semanas para a Copa do Mundo de 2026, a falta de um acordo final para a transmissão na China chama atenção por envolver um dos maiores mercados potenciais do torneio. Nas redes sociais chinesas, torcedores e comentaristas passaram a questionar se a Fifa elevou recentemente o preço cobrado da CCTV.

Horários dos jogos e ausência da China reduzem atratividade

O Beijing Daily afirmou que o interesse comercial pela Copa de 2026 na China foi afetado por dois fatores centrais. O primeiro é a ausência da seleção chinesa no torneio, o que teria reduzido o apelo da competição no país. O segundo é o fato de a Copa ser sediada na América do Norte, fazendo com que muitas partidas importantes sejam disputadas de madrugada ou pela manhã no horário de Pequim.

Esse cenário, segundo o jornal, diminuiu a disposição dos anunciantes em investir na transmissão. Com a aproximação da competição e o impasse nas negociações, a perda da janela de patrocínio passou a ser vista como inevitável.

O Beijing Daily também apontou que jornalistas de veículos da China ainda enfrentam dificuldades para obter vistos, o que os impede de solicitar estúdios, cabines de reportagem e assentos para comentaristas nos locais da Copa. O jornal avaliou que isso pode afetar a qualidade da cobertura do torneio

no país.

Patrocinadores chineses ampliam pressão sobre acordo

A indefinição também preocupa pelo peso dos patrocinadores chineses na Copa do Mundo de 2026.

Segundo estatísticas citadas pelo Beijing Daily, empresas chinesas investiram mais de US\$ 500 milhões no torneio.

Na avaliação do jornal, um eventual cancelamento da transmissão seria inaceitável para essas companhias e também poderia prejudicar a influência da Fifa na captação de patrocínios e na sustentação de valores mais altos para seus direitos comerciais.

Mercado chinês de direitos esportivos passa por mudança

O debate ocorre em um momento de transformação no mercado chinês de direitos esportivos. O Beijing Daily destacou que, até a Copa do Mundo de 2014, realizada no Brasil, a CCTV mantinha exclusividade absoluta sobre a transmissão do torneio. As plataformas de **internet** podiam apenas comprar direitos de reprodução sob demanda ou produzir programas complementares.

A Copa do Mundo de 2018, na Rússia, marcou uma mudança importante. Pela primeira vez, a CCTV distribuiu direitos de transmissão ao vivo, abrindo espaço para o consumo de partidas em dispositivos móveis. Em 2022, no Catar, os recursos ligados aos direitos de transmissão passaram a se concentrar ainda mais em plataformas de vídeos curtos.

Para o Beijing Daily, o mercado de **direitos autorais** esportivos na China vem se ajustando após um período de valorização excessiva. O jornal citou a Superliga Chinesa e a CBA como exemplos de competições que enfrentam queda nos custos gerais de direitos esportivos, em um cenário de redução das bolhas de mercado.

O veículo concluiu que, por mais atrativas que sejam as partidas da Copa do Mundo, os direitos de transmissão deveriam voltar a patamares considerados racionais e afirmou não haver razão para que a Fifa eleve preços de forma arbitrária.

Tags: Copa do Mundo de 2026, fifa, CCTV

Leia as últimas notícias do 247

'Tensão' sobre tarifas e surpresa em terras raras: os bastidores da reunião entre Lula e Trump na Casa Branca



Para o governo brasileiro, reunião atingiu ao menos um dos seus objetivos: ganhar tempo e evitar imposição de novas tarifas sobre produtos do país a meses das eleições presidenciais.

A reunião entre os presidentes dos EUA, Donald Trump, e do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) atingiu, na avaliação do governo brasileiro, ao menos um dos seus objetivos principais: ganhar tempo e evitar a imposição de novas tarifas sobre produtos do país a pouco mais de cinco meses das eleições presidenciais.

Siga o canal do Correio Braziliense no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular.

Essa crença foi expressada por assessores do presidente Lula após o encontro.

Apesar de boa parte das tarifas impostas por Trump a produtos brasileiros a partir de julho do ano passado ter sido retirada ao longo dos últimos meses, o Brasil é alvo de duas investigações com base na chamada seção 301 da Lei de Comércio dos EUA, que investiga supostas práticas comerciais irregulares do país.

Uma delas tem prazo para terminar em julho e, em tese, poderia servir de base para mais tarifas norte-americanas até mesmo antes desse tempo.

Mas, segundo o governo brasileiro, os dois presidentes determinaram a criação de um grupo de trabalho para discutir a questão tarifária com um primeiro prazo de conclusão em 30 dias. Com isso, o governo brasileiro entende que ganhou pelo menos

um mês com a garantia de que novas tarifas não serão aplicadas.

Interlocutores do presidente familiarizados com o teor da reunião afirmam que a questão tarifária foi, de fato, o único ponto em que houve alguma discordância entre as duas equipes técnicas que acompanharam os dois presidentes.

De acordo com eles, o representante-geral de Comércio dos Estados Unidos, Jamieson Greer, teria sido o responsável por "tensionar" parte da reunião, defendendo que a tarifa média brasileira sobre produtos importados dos Estados Unidos ainda estaria em níveis elevados, o que justificaria a aplicação de tarifas a exportações brasileiras.

Segundo um assessor do presidente Lula ouvido pela News Brasil em caráter reservado, Greer teria atuado como o "policial mau", responsável por colocar pressão nas negociações.

Segundo ele, esse comportamento de Greer já era esperado pela equipe brasileira uma vez que o oficial norte-americano é um notório defensor da política de tarifas. Sua atuação, no entanto, segundo a delegação brasileira, teria sido parcialmente contornada pela postura de Trump ao longo do encontro, que acatou a proposta brasileira de criar o grupo de trabalho para debater o tema.

A equipe econômica brasileira, liderada pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan, e pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, entrevistaram pontuando que o Brasil teria um déficit de pelo menos US\$ 20 bilhões na balança comercial com os Estados Unidos nos últimos anos. Nos cálculos dos próprios norte-americanos, segundo Rosa, esse déficit seria ainda maior: US\$ 30 bilhões.

De acordo com o governo, os dados mostrariam que não haveria razões para os EUA sancionar um país com quem eles têm saldo positivo na sua balança comercial.

O que é a Seção 301O governo dos Estados Unidos abriu uma investigação comercial contra o Brasil com base na chamada Seção 301 da Lei de Comér-

cio de 1974, um instrumento legal que permite a Washington apurar práticas estrangeiras consideradas injustas ou discriminatórias contra empresas e produtos americanos.

O procedimento, conduzido pelo Escritório do Representante de Comércio dos EUA (USTR), pode resultar em medidas de retaliação, como a imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras.

A investigação envolve um amplo conjunto de temas. Entre eles estão políticas brasileiras ligadas ao comércio digital, ao sistema Pix, regras de proteção de dados, **propriedade intelectual**, acesso do etanol americano ao mercado brasileiro, às tarifas preferenciais concedidas a outros parceiros comerciais, ao combate à corrupção e ao desmatamento ilegal.

Na avaliação do governo americano, essas práticas podem criar barreiras ou distorções que prejudicam a competitividade de empresas dos EUA no Brasil.

A Seção 301 autoriza o governo americano a investigar, de forma unilateral, atos, políticas ou práticas de outros países que "onerem ou restrinjam" o comércio dos Estados Unidos.

Se o USTR concluir que houve prejuízo e que as medidas estrangeiras são "injustificáveis" ou "irracionais", a lei permite a adoção de medidas de retaliação, como tarifas, restrições comerciais ou a suspensão de benefícios.

O instrumento ganhou notoriedade nos últimos anos por ter embasado o "tarifaço" imposto pelos EUA à China durante o primeiro mandato de Donald Trump.

No caso brasileiro, a abertura do processo ocorre em um contexto de maior tensão política e comercial entre os dois países.

Além das críticas de setores empresariais americanos, a iniciativa também reflete uma estratégia do governo dos EUA de buscar bases legais mais robustas para ações comerciais, após decisões judiciais internas terem limitado o uso de outros mecanismos tarifários.

O governo brasileiro contesta a investigação e afirma que suas políticas são transparentes, não discriminatórias e compatíveis com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O Itamaraty argumenta ainda que a Seção 301 é um instrumento unilateral, incompatível com o sistema multilateral de solução de controvérsias, e lembra que os EUA mantêm superávit comercial na relação bilateral.

A apuração segue um rito formal, com consultas entre os governos, audiências públicas e coleta de contribuições de empresas e entidades interessadas. O processo pode se estender por cerca de um ano.

Até sua conclusão, o principal impacto tende a ser a incerteza para exportadores e investidores, diante do risco de novas barreiras comerciais impostas pelos Estados Unidos.

Surpresa: terras raras Um dos pontos que mais chamou atenção da equipe brasileira foi a postura de Trump e sua equipe em relação a minerais críticos.

Segundo integrantes da comitiva do presidente, Trump demonstrou um interesse mediano pelo assunto, o que contrastou com a expectativa de que este fosse um assunto que dominaria, pela lado norte-americano, parte do debate.

Nos últimos meses, técnicos brasileiros e norte-americanos vinham mantendo reuniões sobre o assunto e uma proposta chegou a ser enviada pelos EUA a respeito do assunto.

Desde o início do governo Trump, o governo dos EUA vem tentando diminuir a dependência do país em relação à China no acesso a minerais críticos como as terras raras, usadas na produção de equipamentos para a transição energética e de produtos de alta tecnologia como telefones celulares, computadores e armamentos.

Neste contexto, o Brasil é visto como um potencial parceiro, pois o país detém a segunda maior reserva conhecida de terras raras do mundo, atrás apenas da China. Em março, o governo dos EUA promoveu um fórum sobre minerais críticos envolvendo empresários brasileiros e norte-americanos, além de ter firmado um protocolo de intenções com o governo de Goiás relacionado à pesquisa e exploração desses minerais.

Por tudo isso, a equipe brasileira preparou documentos para atualizar os norte-americanos sobre o andamento do marco legal para a exploração desse material no Brasil.

Nesta semana, por exemplo, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que cria a Política

Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), que estabelece os primeiros parâmetros legais do Brasil sobre o tema.

Para o Brasil, a criação da política, que deve ser chancelada pelo Senado nos próximos dias, é vendido como um trunfo aos norte-americanos. Em entrevista coletiva, o presidente Lula disse que o Brasil está aberto a investimentos dos EUA no setor desde que não se limitem a explorar os minerais e a exportá-los apenas como matéria-prima. O governo quer que os investimentos priorizem o benefício deles em território nacional.

Apesar disso, nenhum acordo sobre o assunto foi assinado pelas duas delegações.

A avaliação da equipe brasileira é de que a postura de Trump sobre o assunto durante a reunião possa ser resultado do fato de que, na prática, os norte-americanos já estejam avançando com seus projetos de extração de minerais críticos no Brasil a exemplo da compra de uma mineradora de terras raras em Goiás por uma empresa dos EUA, divulgada em abril.

Crime organizado Um dos pontos que era tido como prioridade do governo brasileiro foi a pauta do combate ao crime organizado e a tentativa de evitar que os EUA classificassem as facções criminosas brasileiras como Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas internacionais.

Segundo Lula e um interlocutor familiarizado com o teor da reunião, a possível designação das facções brasileiras não foi debatida na reunião.

"Não discutimos isso. O que eu queria dizer eu entreguei por escrito. Cada assunto que eu discuti com o presidente Trump, além dos ministros falarem, eu entreguei a ele cada proposta nossa escrita em inglês. Pra que ele não ter dúvida sobre o que nós queremos, porque estamos levando muito a sério essa questão do crime organizado", disse Lula.

A intenção de designar as facções brasileiras como organizações terroristas havia sido expressa pelos EUA no início do ano, fazendo com que o governo brasileiro mobilizasse sua diplomacia para conven-

cer os governo norte-americano a recuar pelo menos de forma temporária.

O governo alega que é contra essa ideia porque ela abriria brechas para ações militares, policiais e de inteligência norte-americanas em território nacional a exemplo do que acontece em outras regiões do mundo como na costa do Caribe, no Oriente Médio e na costa do Oceano Pacífico.

Durante o almoço entre as duas delegações nesta quinta-feira, o Brasil entregou uma nova proposta de cooperação internacional para o combate ao crime organizado focado em dois eixos: o combate à lavagem de dinheiro que financia organizações criminosas; e o tráfico de armas.

A proposta, segundo interlocutores brasileiros, vai ser analisada pelo governo norte-americano, mas ainda não há prazo para que uma resposta seja dada.

Lula chegou a dizer que na entrevista coletiva que uma das ações previstas seria a criação uma espécie de grupo internacional com países da América do Latina e de outras regiões para atuação em conjunto contra carteis e outras organizações criminosas. Ele citou o exemplo de um centro montado em Manaus que reúne representantes de polícias e forças de segurança de todos os países da região amazônica.

"Eu disse a ele que estamos dispostos a construir um grupo de trabalho com todos os países da América Latina e quiçá, com todos os países do mundo, para criarmos um grupo forte de combate ao crime organizado", disse Lula.

iFood vence ação contra 99Food por concorrência desleal



A Justiça de São Paulo decidiu a favor da iFood e contra a 99Food em ação que condena a segunda por concorrência desleal contra a primeira. A decisão foi tomada pela 1ª Vara Empresarial e de Conflitos de **Arbitragem** do Foro Central Cível do estado e a empresa chinesa pode recorrer.

A sentença determina que a 99Food está proibida de veicular peças publicitárias das campanhas "Taxômetro" e "Respostas Bem Servidas", que geraram o processo, e outras de estrutura similar. Ainda, a companhia que distribui mochilas amarelas foi condenada a pagar R\$ 50 mil de indenização por danos morais, com correção monetária e juros desde o início da campanha, e danos materiais a serem calculados. Ela também fia com a conta das custas do processo.

O iFood moveu a ação a concorrente, que fez sua reestreia no Brasil em 2025, devido a duas campanhas publicitárias movidas pela 99 Food. A primeira, chamada "Taxômetro", exibia em pontos da capital paulista uma quantia estimada de taxas

pagas por clientes ao iFood (referenciado por meio do uso das cores vermelho e branco). A segunda, chamada "Respostas Bem Servidas", reproduzia em canais de propaganda comentários negativos e publicações em redes sociais que falavam sobre a empresa brasileira.

A companhia autora da ação sustentou que, ainda que o "taxômetro" não citasse nominalmente a iFood, a campanha usava sua marca de forma depreciativa. Ainda, argumenta que os dados exibidos eram falsos e não verificáveis. Exibir os comentários, segundo ela, seria uma propaganda de caráter "difamatório".

A 99 Food argumentou na defesa que a publicidade comparativa é legítima no Brasil e que os dados exibidos na campanha são verdadeiros e auditáveis. A companhia ainda afirma que a iniciativa "Respostas Bem Servidas" tem tom satírico, não difamatório, e que não há comprovação de danos materiais.

Na reconvenção, a 99 acusou a iFood de coagir restaurantes parceiros a não trabalhar com concorrentes, realizar eventos de trocas de mochilas de entregadores de forma discriminatória e usar influenciadores digitais para deslegitimar a concorrente chinesa.

O juiz extinguiu a reconvenção, recomendando que outra ação fosse aberta. O magistrado concluiu que não havia critérios objetivos que permitissem verificar se a propaganda comparativa era legítima. Ele classificou a campanha como "exploração publicitária de conteúdo depreciativo" e "aproveitamento parasitário" de reputação alheia.

Editoras e escritor famoso se unem em ação contra a Meta de Mark Zuckerberg



As partes que movem a ação alegam que suas obras foram usadas para treinar a Inteligência Artificial da dona do Facebook e Instagram

Ler Resumo

Editoras e o autor Scott Turow processam Mark Zuckerberg e a Meta, acusando a empresa de copiar ilegalmente milhões de obras para treinar suas IAs. O processo em Nova York busca indenização, alegando que Zuckerberg pessoalmente instruiu o contorno de **direitos autorais** após desistir de acordos de licenciamento. Entenda os detalhes.

Este resumo foi útil?

Resumo gerado por ferramenta de IA treinada pela redação da Editora Abril.

Mark Zuckerberg e a Meta foram processados nesta terça-feira, 5, por cinco editoras e o autor Scott Turow, ficcionista americano com obras traduzidas em mais de 40 idiomas. A denúncia alega que a empresa de tecnologia dona do Facebook e Instagram copiou ilegalmente milhões de livros e artigos para treinar seus sistemas de Inteligência Artificial.

A ação foi movida no Tribunal Distrital do Estados Unidos em Nova York pelas editoras Hachette,

Macmillan, McGraw Hill, Elsevier e Cengage, que publicaram Amanda Vaill e Yiyun Li, ganhadoras do Prêmio Pulitzer de 2026, e por Turow, individualmente. O processo coletivo busca uma indenização financeira não especificada pela suposta contração da empresa de Zuckerberg.

Essa não é a primeira vez que autores processam empresas de IA por violação de **direitos autorais**. Nos últimos tempos, disputas como essa têm se tornado comuns, mas aqueles que acionam a justiça geralmente perdem.

Por exemplo, em junho de 2015, uma ação movida por treze autores, incluindo Sarah Silverman, comediante e escritora, e Junot Díaz, professor de escrita criativa no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, alegou uma utilização ilegal de obras para o treinamento de IA. Porém, o juiz federal Vincent Chhabria, rejeitou o pedido dos autores, dando a vitória a Meta.

O processo mais recente alega que Zuckerberg instruiu pessoalmente o contorno dos mecanismos de proteção de **direitos autorais**. A acusação diz que a empresa havia considerado pagar o licenciamento das obras, mas essa estratégia foi abandonada por conta de orientações do próprio CEO.

Após o lançamento do Llama 1, o sistema de inteligência artificial da Meta, a empresa americana considerou firmar parcerias de licenciamento com as grandes editoras, de acordo com o processo. Foi discutido um aumento de até 200 milhões de dólares para adquirir o uso de obras no início de 2023. No entanto, a Meta interrompeu esse plano em abril, segundo a denúncia.

Lula e Trump orientam ministros a resolverem tarifas em 30 dias

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou nesta quinta-feira (7), após reunião com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, na Casa Branca, em Washington, que equipes dos dois governos deverão fechar uma proposta para resolver o impasse sobre tarifas de exportação e uma investigação comercial aberta pelos norte-americanos contra o Brasil desde o ano passado.

O objetivo é que uma proposta seja levada aos dois líderes em cerca de 30 dias. O Brasil voltou a defender o encerramento da apuração aberta com base na Seção 301 da Lei de Comércio dos EUA.

Notícias relacionadas: Lula deixa a Casa Branca após reunião com Trump.

Lula chega à Casa Branca para encontro com Trump. "Eu falei assim: 'Vamos colocar um grupo de trabalho e vamos permitir que esse moço [do Ministério] da Indústria e Comércio do Brasil, junto com o teu ministro do Comércio, sentem em 30 dias e apresentem para nós uma proposta para a gente poder bater o martelo'. Quem estiver errado vai ceder. Se a gente tiver que ceder, nós vamos ceder", disse Lula a jornalistas na sede da Embaixada do Brasil em Washington.

No procedimento, os EUA acusam o Brasil de concorrência desleal, mencionando o Pix, tarifas sobre etanol, desmatamento ilegal e proteção de **propriedade intelectual**.

Em abril deste ano, técnicos brasileiros reuniram-se nos EUA para esclarecimentos, defendendo o país contra a alegação de práticas desleais.

O governo brasileiro não reconhece a legitimidade de instrumentos unilaterais como a Seção 301, argumentando inconsistência com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Segundo Lula, o tema do Pix não foi mencionado durante a reunião entre os presidentes.

Encontro prolongado

Lula e Trump se reuniram por mais de 3 horas na Casa Branca, em Washington, incluindo um almoço oferecido pelo norte-americano.

A expectativa era que ambos atendessem à imprensa no Salão Oval antes da reunião, mas o presidente brasileiro pediu para que a conversa com a imprensa ocorresse após o encontro.

Em postagem nas redes sociais, Trump informou que discutiu "muitos tópicos" com Lula, incluindo questões comerciais e de tarifas, e chamou Lula de "um presidente muito dinâmico".

"A reunião foi muito produtiva. Nossos representantes têm reuniões agendadas para discutir alguns pontos-chave. Outras reuniões serão agendadas nos próximos meses, conforme necessário", escreveu o norte-americano.

Lula chegou à Casa Branca pouco depois do meio-dia (horário de Brasília). O encontro foi previamente negociado pelas equipes dos dois países, com a expectativa de tratar diversos temas, como comércio, combate ao crime organizado, além de questões geopolíticas e de minerais críticos.

A jornalistas, Lula disse ter saído muito otimista da reunião bilateral.

"Eu acho que o Brasil está preparado para discutir com qualquer país do mundo, qualquer assunto. Não tem assunto proibido. A única coisa que não abrimos mão é da nossa democracia e da nossa soberania. O resto é tudo discutido", afirmou o presidente.

Crime organizado

Durante a coletiva de imprensa, Lula anunciou que o governo brasileiro vai lançar um plano de combate ao crime organizado "na semana que vem" e que, na conversa com Trump, ficou acertado que uma das frentes de trabalho entre os dois governos será a cooperação para asfixiar financeiramente as organizações criminosas transnacionais que atuam no Brasil e nos EUA.

"Precisamos destruir o potencial financeiro do crime organizado e das facções", defendeu.

Segundo o ministro da Fazenda, Dario Durigan, equipes da Receita Federal brasileira e a contraparte norte-americana deverão fazer operações conjuntas

para bloquear o contrabando de armas e outros produtos, incluindo o tráfico ilegal de drogas sintéticas provenientes dos EUA.

Ainda segundo Lula, eles não trataram especificamente sobre facções criminosas que atuam no Brasil, como Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital. O governo dos EUA estuda mudar a designação de facções brasileiras como grupo terroristas, o que na avaliação do Brasil e de especialistas é um risco à soberania e não ajuda no combate ao crime

Em abril, Brasil e Estados Unidos já haviam anunciado um acordo de cooperação mútua visando combater o tráfico internacional de armas e drogas.

A parceria prevê o compartilhamento de informações sobre apreensões feitas nas aduanas dos dois países, de forma a viabilizar uma investigação célere de padrões, rotas e vínculos entre remetentes e destinatários de produtos ilícitos.

Terras raras

Outro ponto abordado na reunião entre Lula e Trump foi os investimentos na exploração dos minerais críticos e das terras raras, que são fundamentais na fabricação de componentes eletrônicos de equipamentos de alta tecnologia.

Na coletiva de imprensa, Lula disse ter informado a Trump da aprovação, nesta quarta-feira (6), da lei que institui Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE).

O projeto prevê, entre outros pontos, a criação de um comitê ou conselho responsável por definir quais são os minerais críticos e estratégicos do país.

Com cerca de 21 milhões de toneladas, a reserva brasileira de terras raras é a segunda maior já mapeada no mundo, ficando atrás apenas da China, que detém aproximadamente 44 milhões de toneladas. Porém, apenas cerca de 25% do território nacional foi mapeado, o que indica um enorme potencial ainda desconhecido.

"Qualquer um que quiser, o Brasil estará aberto a construir parceria. O que nós não queremos é ser meros exportadores dessas coisas. Não queremos repetir o que aconteceu com a prata na América Latina, com o ouro no Brasil, com o minério de ferro que a gente manda muito para fora e a gente poderia fazer um processo de transformação interna que a gente não fez. Então, com as terras raras, a

gente vai mudar de comportamento", garantiu o presidente.

Vistos revogados

Lula disse ter entregue a Trump uma lista de autoridades e seus familiares brasileiros que ainda estão sofrendo com restrição de vistos norte-americanos como retaliação por conta do julgamento da tentativa de golpe de Estado no Brasil.

Parte da suspensão de vistos teria sido interrompida, mas algumas pessoas seguem sancionadas, incluindo, segundo Lula, a filha de 10 anos de idade do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e alguns ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Fazem parte da comitiva presidencial os ministros das Relações Exteriores, Mauro Vieira; da Justiça e Segurança Pública, Wellington César; da Fazenda, Dario Durigan; do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa; de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues.

Histórico

A relação comercial entre Brasil e Estados Unidos atravessa, desde 2025, uma fase de tensões decorrentes da política tarifária adotada pelo presidente Donald Trump, que retomou medidas protecionistas já observadas em seu primeiro mandato.

O ciclo de disputas começou com a imposição de tarifas de 25% sobre as importações de aço e alumínio, afetando diretamente o Brasil, um dos principais fornecedores desses produtos ao mercado norte-americano.

As justificativas apresentadas pelos EUA para tais medidas combinavam argumentações econômicas e políticas.

Houve também críticas à Suprema Corte brasileira, no contexto das decisões do Judiciário brasileiro relacionadas ao processo contra o ex-presidente Jair Bolsonaro, envolvido com os atos golpistas que culminaram com o 8 de janeiro de 2023.

Em abril, os Estados Unidos adotaram tarifas adicionais sobre diversos produtos brasileiros, sob o argumento de falta de reciprocidade comercial. O governo brasileiro intensificou algumas tratativas diplomáticas e, mais adiante, levou o tema à Organização Mundial do Comércio (OMC).

Além disso, o Brasil fortaleceu alguns de seus instrumentos legais, como medidas de reciprocidade e

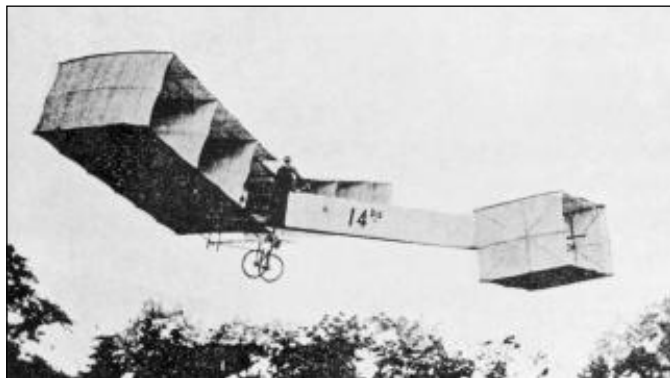
Continuação: Lula e Trump orientam ministros a resolverem tarifas em 30 dias

retaliação, na tentativa de evitar uma escalada ainda maior por parte do governo dos EUA.

No fim de 2025 e no início deste ano, houve recuo parcial dos Estados Unidos, com exclusões de produtos e substituição do tarifaço por uma tarifa global temporária de cerca de 10%. Setores como aço e alumínio, porém, seguem com taxas elevadas.

A comitiva brasileira retorna a Brasília ainda esta noite com previsão de chegada nesta sexta-feira (8).

Berço de grandes invenções, o Brasil parou de inovar. Por quê?



Brasileiros estão envolvidos em muitas das principais invenções da história recente da humanidade. O nome de Alberto Santos-Dumont está ligado às origens da aviação, no início do século 20, mesma época em que Roberto Landell de Moura testava, com sucesso, um aparelho de rádio capaz de transmitir e receber sinais de voz entre a Avenida Paulista e o bairro de Santana, na capital paulista.

Os engenheiros José Braz Araripe e Fernando Lehly fizeram história em 1932 ao vender, para a GM, o primeiro câmbio automático movido a fluido hidráulico. Mais de 220 anos antes, em 1709, o padre santista Bartolomeu Lourenço de Gusmão apresentava em Lisboa o Passarola, um balão movido a ar quente pioneiro. Bem mais tarde, no início da década de 1990, o engenheiro mineiro Nélio José Nicolai criou o Bina, sistema identificador de chamadas de telefones.

E, nas últimas semanas, veio a público a informação de que, na viagem recente à Lua, a Nasa utilizou o actígrafo, uma invenção brasileira, criada pela startup Condor Instruments. Utilizado no pulso dos astronautas ao longo de toda a missão Artemis II, ele monitora a frequência e a intensidade dos movimentos do braço, e assim registra com grande exatidão o estado real de repouso da pessoa - um diferencial importante quando se está no espaço, sem as tradicionais referências sobre o dia e a noite.

Nem todas estas invenções alcançaram o devido reconhecimento, ou transformaram suas invenções em modelos de negócio viáveis. Mas o que elas indicam a respeito da capacidade brasileira de contribuir com inovações relevantes em nível global?

É difícil pensar em uma invenção relevante que tenha partido de um brasileiro no século 21.

Inventar ou inovar?

Para o pesquisador Thiago J. Soares, professor do Insper e autor de um levantamento sobre a produção nacional de patentes, o país apenas experimentou, historicamente, lampejos ocasionais de capacidade inventiva. "Temos momentos pontuais brilhantes e ainda hoje existem empresas brasileiras inovadoras, como a Petrobras, a Embraer e a Embrapa. Mas o resto do mundo avançou muito mais rápido. Há poucas décadas, países como Taiwan, China e Coreia do Sul, tinham uma posição comparável à nossa. Hoje estão na fronteira, enquanto ficamos para trás".

De fato, de acordo com o Índice Global de Inovação (IGI) 2025, publicado pela Organização Mundial da **Propriedade Intelectual**, aponta Suíça, Suécia, EUA, República da Coreia e Singapura como os líderes mundiais em inovação. O Brasil ocupa a 52ª posição no ranking global.

Curiosamente, diz Soares, não falta quantidade de invenções, mas sim capacidade de inovar. "Para inventar, é preciso gerar novidade técnica, o que demanda estoque de conhecimento. E o país mantém uma relativa abundância de patentes acadêmicas", afirma ele. "Mas, para inovar, é preciso transformar invenções em valor econômico, e para isso é necessário contar com um conjunto de pré-requisitos em que o Brasil não vai bem: o investimento privado em pesquisa e desenvolvimento (P&D) é baixo, as empresas em geral têm baixa capacidade de absorver e escalar novas tecnologias e o mercado de capital para financiar o caminho entre a pesquisa e o produto final é muito focado em serviços, e não em produtos físicos, que demandam investimentos em manufatura e, portanto, maiores riscos".

A geração de patentes ajuda a entender esse gargalo. Trata-se de um sistema regulatório que cumpre dupla função: de um lado, protege o investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) ao conceder um direito exclusivo temporário ao titular da invenção protegida; de outro, estimula a dissemina-

ção do conhecimento técnico, uma vez que exige a divulgação pública da invenção.

O **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** informa que existem dois tipos de patentes: de invenção e de modelo de utilidade. Nos dois casos, é preciso apresentar relatório descritivo, quadro reivindicatório, resumo da solicitação, desenhos, se for o caso, e listagem de sequências (apenas para pedidos da área de biotecnologia) - além de pagar a Guia de Recolhimento da União (GRU). Os documentos a serem preenchidos estão disponíveis no site do instituto.

A Lei da **Propriedade Industrial** (Lei nº 9.279/1996) prevê, após o depósito, até 18 meses de sigilo e até 36 meses para que o solicitante faça o requerimento do exame. A análise do **INPI** começa somente depois dessas ações. Quando - e se - concedida, a patente de invenção tem validade de 20 anos e a de modelo de utilidade, de 15. Os interessados também podem solicitar ao **INPI** uma busca do estado da técnica e uma opinião preliminar sobre a patenteabilidade da sua invenção ou modelo de utilidade.

Os pedidos ativos de **propriedade industrial** chegaram a 29.557 patentes, 504.461 marcas e 7.236 programas de computador em 2025, contra, respectivamente, 27.091, 293.502 e 2.999 em 2020. O **INPI** informa que a quantidade de concessões de **propriedade industrial** alcançou, no ano passado, 13.624 patentes, 176.559 marcas e 6.982 programas de computador, na comparação com 21.309, 141.775 e 2.920 cinco anos antes.

Atualmente, o prazo médio entre a entrada do pedido no **INPI** e a decisão final está em 4,3 anos. A meta é chegar a dois anos, em alinhamento às práticas internacionais. "Nesse contexto, os longos prazos que existiram no passado não fazem mais parte da realidade do **INPI** em 2026", informa a instituição, via assessoria de imprensa.

Dificuldade para sair do papel

A análise de Soares sobre os dados públicos indica que as patentes estrangeiras representaram 80,4% dos depósitos de invenção em 2023, predominando nos setores estratégicos e de alta tecnologia. Os países com mais depósitos, pela ordem, são Estados Unidos, Brasil, China, Alemanha, Suíça, Japão, França e Reino Unido. Em 2024, a campeã de depósitos de patentes de invenção, entre os residentes

no Brasil, foi a Stellantis Automóveis Brasil, seguida pela Petrobrás e pela Universidade Federal de Campina Grande. Entre os não residentes, quem lidera o ranking são, pela ordem, Qualcomm,

Huawei e Nicoventures Trading Limited.

A lista indica que as universidades brasileiras geram grande volume de patentes, um fenômeno que produziu uma mudança significativa no perfil dos inventores: se em 2001, as pessoas físicas eram responsáveis por uma parcela majoritária dos depósitos de Patentes e Invenção (PI), com 71,5% do total, em 2023 elas responderam por apenas 33,7%. Em 2024, 37 dos 50 maiores depositantes de patentes de invenção no Brasil eram instituições acadêmicas, enquanto apenas 11 eram empresas e dois, inventores individuais.

Mas, em geral, a transferência efetiva das soluções desenvolvidas na academia para o setor empresarial permanece lenta e limitada. As empresas privadas ainda têm presença limitada entre os principais depositantes, o que compromete a capacidade de transformar invenções em produtos comercializáveis em escala e reduz a competitividade empresarial.

"O Brasil produz conhecimento científico relevante em várias áreas, mas ainda transforma pouco desse conhecimento em inovação tecnológica de alto impacto econômico. O problema não é ausência de inteligência ou criatividade, mas a dificuldade de converter ciência em produtos, processos e empresas inovadoras em escala internacional", afirma Antonio Marcio Buainain, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e coautor de um estudo sobre **propriedade intelectual**, inovação e desenvolvimento produzido para a **Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI)**.

"Entre os principais gargalos estão a baixa articulação entre universidades e empresas, instabilidade no financiamento à ciência, burocracia excessiva, insegurança regulatória, dificuldades para transformar pesquisa em negócios e baixa capacidade de investimento privado em inovação", diz ele. "O Brasil inventa, mas não inova. É um time que joga bem em algumas áreas, mas não faz gol e acaba perdendo o jogo".

Índice remissivo de assuntos

ABPI	24,25
ABPI Câmara de Arbitragem	19
Direitos Autorais	14,15,20
Marco regulatório INPI	3,4,5,6,7,24,25
Patentes	1,2
Propriedade Industrial	3,4,5,6,7,24,25
Propriedade Intelectual	1,2,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,16,17,18,21,22,23,24,25